

# OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A RETOMADA DOS PEDIDOS DE INTERVENÇÃO MILITAR NO BRASIL

DOI: 10.12957/SYNTHESIS.2023.83511

VERONICA TAVARES DE FREITAS\*

## Resumo

Os protestos de Junho de 2013 constituíram um marco na ação contenciosa brasileira, com a ampla mobilização de pessoas pelo país. Naquele momento, as pautas e *performances* dos manifestantes formavam um mosaico nas ruas, sem uma tônica predominante. No entanto, nos anos seguintes, atores conservadores alcançaram o protagonismo das mobilizações, na liderança dos protestos contra o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff. Entre aqueles que enfrentavam o governo, estavam os que defendiam a tutela militar sobre o poder, em notório crescimento nas manifestações. Neste texto foi analisado o processo dessa expansão, por meio do levantamento de artigos jornalísticos de forma sistemática, baseado na metodologia da Análise de Eventos de Protesto. O veículo escolhido foi o G1, além do uso de materiais de apoio, o que possibilitou a observação da participação daqueles que defendiam a intervenção militar nos protestos de 2013 e o seu crescimento nos anos seguintes.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; conservadorismo; 2013; intervenção militar; protestos.

## The protests of June 2013 and the resumption of calls for military intervention in Brazil Abstract

The protests of June 2013 constituted a milestone in Brazilian contentious action, with the broad mobilisation of people across the country. At that moment, the agendas and performances of the protesters formed a mosaic in the streets, without a predominant orientation. However, in the following years conservative actors achieved the protagonism of the mobilisations, leading the protests against Dilma Rousseff's second presidential term. Among those who confronted the government were those who defended military guardianship over power, in a notorious growth in the protests. In the research, the process of this expansion was analysed, through the survey of journalistic articles in a systematic way, based on the methodology of the Analysis of Protest Events. The chosen vehicle was G1, besides the use of supporting materials, which enabled the observation of the participation of those who defended military intervention during the protests of 2013 and its growth process in the following years.

**Keywords:** social movements; conservatism; 2013; military intervention; protests.

---

\* Doutora em Sociologia (USP). E-mail: veronica.tfreitas@gmail.com.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, aconteceram no Brasil episódios de intensa ação contenciosa, com o início de um espraiamento das mobilizações pelo país em Junho de 2013. O caráter naquele ano era de um mosaico de pautas e *performances* nas ruas, sem uma identidade predominante (Alonso, 2017, p. 51). No entanto, nos anos seguintes, ampliou-se a participação conservadora, com a liderança das manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), entre 2015 e 2016. Nesse período, foi notório o crescimento dos pedidos pela intervenção militar no governo federal. Em 2023, ocorreram a invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, por cerca de 3.900 pessoas, que pediam o retorno de Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL) à presidência e a tutela das Forças Armadas<sup>1</sup>. Assim, a pauta da intervenção mostrou grande capacidade de mobilização dez anos após o ciclo de protestos de 2013. No presente artigo, fruto da análise dos eventos de protesto entre 2011 e 2019, será apresentado como lideranças que defendiam a intervenção militar compuseram os diferentes momentos da ação contenciosa nacional e se fortaleceram diante das grandes movimentações nas ruas.

Os anos seguintes a 2013 foram marcados pela ampliação dos grupos e lideranças conservadoras (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015; Silva, 2018; Messenberg, 2017). Em 2018, o capitão da reserva Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL) ganhou as eleições. Assim, após quatro vitórias sucessivas do Partido dos Trabalhadores, elegeu-se um candidato que defendia a comemoração do último período ditatorial nacional, juntamente com o “combate às esquerdas” (Madeira; Quadros, 2017, p. 17). Meses antes da sua vitória, os caminhoneiros em greve clamaram pela tutela militar sobre o governo federal de norte a sul. Desse modo, o fortalecimento da agenda da intervenção configurou um elemento marcante do crescimento do conservadorismo nacional e revelou faces pouco estudadas da política brasileira.

Neste artigo será analisada a participação dos intervencionistas na ação confrontacional, no processo aberto desde as grandes manifestações de Junho de 2013. “Intervencionistas” é a expressão utilizada pelos próprios ativistas para sua autodefinição, sendo incorporada na pesquisa como uma categoria para nomear aqueles que defendem a intervenção militar nos protestos brasileiros.

## METODOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONSERVADORES NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

O presente texto é fruto do doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP), que analisou o crescimento das reivindicações de intervenção militar no Brasil, entre setembro de 2011 a março de 2019. Os marcos temporais foram escolhidos baseados no momento imediatamente anterior à publicação da Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, até a comemoração institucional da memória do golpe de 1964 no governo de Bolsonaro (PSL).

A pesquisa foi realizada por meio da metodologia da Teoria do Confronto Político (Tarrow; Tilly; McAdam, 2001), para a análise da ação contenciosa nas ruas e sua relação com a política estatal. No Brasil, existem esforços profícuos de desenvolvimento desse arcabouço na análise da ação contenciosa, é o caso da produção de Alonso (2017); Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015); Bringel e Domingues (2013); Silva (2018), entre outros.

Para o levantamento de dados, foi realizada uma pesquisa na imprensa, conforme desenvolvido pela Análise de Eventos de Protestos, metodologia baseada na Teoria do Confronto Político (TCP) para coleta de informações sistemáticas de manifestações em jornais (Tarrow; Tilly; McAdam, 2001). A fonte escolhida foi o endereço virtual do G1, do Grupo Globo, selecionado pela sua abrangência nacional e redações locais, possibilitando uma ampla cobertura dos protestos no país. Além disso, foram utilizadas fontes complementares, com o levantamento de informações em outros veículos de comunicação, nas páginas dos grupos intervencionistas, bem como foram coletados depoimentos de lideranças intervencionistas.

Segundo essa perspectiva teórica, os protestos consistem em interações estratégicas dos manifestantes entre si e deles com as autoridades, operando movimentos de identificação e diferenciação, com símbolos e formas de ação, que, combinados, conformam *performances* políticas (Tarrow; Tilly; McAdam, 2001). Os ativistas recorrem às formas de ação disponíveis

congregadas num “repertório de confronto”, havendo um arcabouço de referências historicamente acumuladas que são repetidas ao longo do tempo, com eventuais inovações em cada contexto e utilizadas pelos atores nos protestos (Tarrow, 1997, p. 18).

Desse modo, a ação política confrontacional configura a forma de atuação de cidadãos em antagonismo com autoridades, por meio de demonstrações públicas e baseada em formas herdadas de ação coletiva (Tarrow; Tilly; McAdam, 2001, p. 13). Nesse contexto, os movimentos sociais constituem um fenômeno histórico, consistindo em “sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (Tarrow, 1997, p. 18). Eles podem apresentar pautas progressistas em cada contexto social, mas podem também ser compostos por ativistas conservadores, como é o caso do intervencionismo, não apresentando uma definição *a priori* das motivações culturais ou de classe.

A TCP aborda a ação política coletiva na interação entre os agentes, diante de cada oportunidade identificada – essas classificadas como acontecimentos do contexto político exteriores aos grupos com capacidade de ampliar sua intervenção (Tarrow, 1997, p. 38). É sobre essa agência, a partir das condições históricas e acontecimentos conjunturais, que se desenrolou a pesquisa que baseou o presente artigo.

A sequência de ciclos de protestos no país desde 2013 em conjunto com o aprofundamento da crise política e o crescimento do conservadorismo trouxeram à tona a complexidade entre as ações nas ruas e a esfera estatal. Ciclo de protestos trata-se do processo no qual há um espraiamento da ação contenciosa, transbordando daqueles ativistas engajados que já atuam nas frentes dos movimentos sociais (Tarrow, 1997). O que ocorreu em 2013 configurou um episódio desse tipo, não existindo um ator específico como motor do processo (Bringel; Domingues, 2013; Alonso, 2017).

Nas ruas do Brasil, a expressão de unidade dos ativistas que protagonizaram as mobilizações pelo *impeachment* presidencial dos anos seguintes, entre 2015 e 2016, se deu em torno do repertório patriota, alcançando grande projeção nos eventos contra o governo Dilma Rousseff (PT) (Alonso; Mische, 2017, p. 157). Segundo análise de Alonso e Mische (2017, p. 152), o repertório patriota foi utilizado nas mobilizações desse período por ativistas que exploravam os símbolos usados no Fora Collor e nas Diretas Já, com foco na denúncia da corrupção e do uso das cores e símbolos da bandeira nacional. Isto é, a partir do uso desse repertório, presente já em Junho de 2013, em convivência com outras *performances* nas ruas, formou-se nos anos seguintes um campo de ação estratégica dos patriotas nas manifestações, este definido como uma arena criada na interação dos agentes em cooperação (Alonso; Mische, 2017, p. 146).

Uma vez identificado esse campo de ação estratégica, é importante compreender a sua diversidade. Afinal, entre os “verdes e amarelos” se encontravam setores diversos, com possibilidades de convergências ou distanciamentos no decorrer dos eventos. É o caso daqueles que organizavam sua ação na defesa do liberalismo, como o Movimento Brasil Livre (Rocha, 2015; Gobbi, 2016); havia também os voltados à pauta da corrupção, com referências construídas desde o episódio do Mensalão (Silva, 2018) e a Marcha Contra a Corrupção, berço dos grupos nacionais Brasil Contra a Corrupção<sup>2</sup> e NasRuas<sup>3</sup>; bem como a presença de grupos focados no conservadorismo moral, especialmente com relação aos debates de gênero, que atuavam como contramovimentos desde o primeiro governo do PT (Rezende, 2016), entre outros. Dentro desse universo, o objeto desta análise trata-se daqueles que durante o confronto político se centravam na defesa da intervenção militar.

Ademais, além de explorar os conceitos e metodologias da TCP, foram utilizados outros autores, que se debruçam sobre os processos políticos de uma perspectiva relacional. Destaca-se o sociólogo Michel Dobry (2014), o qual elabora acerca das crises políticas como processos. Segundo o autor, a dimensão fundamental da incerteza nas conjunturas fluidas é de ordem relacional, originando-se de uma transformação conjuntural das relações entre os setores, bem como das lógicas internas aos mesmos, correspondendo a um estado particular das estruturas e das relações sociais. Esses momentos se especificam por uma dinâmica social e por jogos táticos opostos à rotina e à estabilidade política. Os agentes, individuais ou coletivos, perceberiam tal incerteza estrutural com uma ampliação das suas possibilidades de atuação.

Por sua vez, em consonância com a metodologia utilizada, conservadorismo foi incorporado enquanto uma categoria relacional. Como afirma Hirschman (1992), essa posição se desenvolve em oposição ao progressismo na ação social, afirmando por meio de suas retóricas que a mudança não é confiável ou válida. Segundo sua elaboração, o conservadorismo configura uma forma de resistência às transformações da sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo) e uma reafirmação dos pilares da sociedade tradicional (família, religião e nação). Nota-se como a retomada do patriotismo intervencionista no país se enquadra nos elementos identificados pelo autor. Assim, em diálogo com as experiências do passado autoritário nacional, uma valorização extrema do campo militar foi trazida para o centro da ação nas ruas por suas lideranças.

## O CICLO DE PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

Na análise do ciclo de protestos de Junho de 2013, Alonso (2017) destaca a tensão e a competição entre o uso de repertórios socialistas, patrióticos e autonomistas, formando um mosaico de *performances* e agendas dos ativistas. Ademais, em publicação com Ann Mische (Alonso; Mische, 2017), foi identificado que os atores se dividiram em dois "campos estratégicos de ação" naquele momento, um à esquerda e outro à direita do governo federal. A noção de "campos de ação estratégica" vem das arenas socialmente construídas, dentro das quais atores com recursos variados competem por vantagens. Os atores com *performances* socialistas e autonomistas dividiriam o primeiro, enquanto os atores à direita do governo exploraram de forma crescente desde 2013 o repertório patriota.

Nesse interim, as manifestações de 2013 abriram um momento de profunda crise, ocorrendo desde então grandes mudanças na coalizão de poder nacional. Atores de diferentes setores se reorganizaram na ação política, formando alianças em distintos espaços para confrontar os governos locais e federal. Em meio à multiplicidade que ocupava as ruas naquele momento, já estavam presentes os intervencionistas.

Na cobertura do G1, não foi identificado nenhum pedido de intervenção no ciclo de protestos de Junho. No entanto, é possível encontrar registros desses pedidos, de forma ainda muito marginal, em outros veículos de imprensa. É o caso do jornal Gazeta do Povo, que afirma que a primeira aparição do clamor pela tutela militar ocorreu nos protestos de junho daquele ano em São Paulo (Cordeiro, 2018)<sup>4</sup>.

Nas entrevistas realizadas para a pesquisa que ensejou este artigo, também foi possível identificar a presença de intervencionistas nas mobilizações de Junho de 2013. É o caso de José Geraldo Quartim de Moraes, liderança da União Nacionalista Democrática<sup>4</sup>:

**José:** V., a UND sempre foi muito ativa, inclusive nas ruas. Nós participamos de todos os protestos. [...] A atuação nossa com o grupo nas ruas foi muito grande de 2013 até o ano passado, no meio do ano, quando começou o assunto de Covid. Aí nós paramos de ir para as ruas porque eu acho isso uma questão sanitária. A gente não deve ter, não pode fazer e não pode construir para aglomerações. Então, nós participamos de Avenida Paulista e outros movimentos no Brasil inteiro com atuação muito forte, muito grande. Inclusive passeatas, carreatas, caminhões pagos por nós para discurso de qualquer corrente política que a gente deixava falar. Quer dizer, foi uma coisa muito ativa que agora mudou. Mudou por causa do Covid. Mudou porque nós achamos que o problema do Judiciário é muito mais urgente e muito mais determinante. Nós precisamos é ter uma mudança nas atuações do Judiciário no país. Então, o assunto de comemoração, motivações políticas na Paulista, eu acho que passou da fase.

**V.:** E chegaram a participar inclusive dos protestos de 2013?

**José:** Sim.

Outra liderança entrevistada foi o empresário Piero Pagni, que participou da reedição da Marcha da Família de São Paulo, em 2014, e liderou um destacamento que foi até o Comando da 2ª Região Militar entregar uma carta pedindo uma intervenção militar. Quando questionado se havia participado dos protestos de 2013, ele afirmou: “Sempre participei apenas como participante dos mais diversos protestos havidos contra o Governo do PT, seja na Avenida Paulista, no Parque do Povo, no Ibirapuera, etc.”<sup>5</sup>

Nota-se, portanto, como aqueles que defendem a intervenção militar já se faziam presentes nas mobilizações de 2013. No entanto, no ciclo de Junho, o repertório patriota ainda era apenas um entre tantos que ocupavam as ruas, e os intervencionistas não se sobressaíam entre as diversas reivindicações em cartazes, faixas e na ação dos ativistas.

## **A DISPUTA DA MEMÓRIA E OS PROTESTOS DE 2013**

No mês seguinte, no dia 10 de julho, foi convocada em São Paulo a “Marcha da família com Deus, em defesa da vida, da liberdade, da pátria e da democracia, contra o comunismo”. O evento foi mobilizado pelo Facebook, com o pedido de uma intervenção militar para proteger o país de um suposto avanço comunista: “Venha combater a foice e o martelo. As cores de nossa bandeira são verde, amarela, branca e azul anil. Não queremos a cor vermelha. Vermelha de comunistas, de socialistas, vermelha do sangue, do sangue do povo sugado pelos políticos podres, vampiros, genocidas”<sup>6</sup>.

No protesto na capital paulista, compareceram cerca de 50 pessoas (Calil, 2016, p. 519). Ou seja, foi um evento pequeno, mas uma demonstração de existência e vontade de mobilização desse tipo de ativismo já no imediato pós-Junho. Vale ressaltar que o título se assemelha muito à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, mobilização organizada em 22 de março de 1964 e que foi usada como justificativa de força social para o golpe militar.

É bastante relevante a presença do ativismo naquele momento associando a ditadura civil-militar de 1964 em contraponto à gestão federal, cuja governante fora perseguida e presa política pelos agentes do Regime. O evento reforçava, igualmente, o embate contra a Comissão Nacional da Verdade, que funcionava desde 2012, com experiências também estaduais. Afinal, o Partido dos Trabalhadores estava à frente da experiência em torno da temática da promoção da Verdade, da perspectiva da Justiça de Transição no Brasil (Cunha, 2020, p. 184), dando continuidade às políticas de reconhecimento do período autoritário iniciadas por Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Pelo olhar dos defensores do passado autoritário nacional, a criação da CNV foi encarada, nesse contexto, como um “revanchismo” contra as Forças Armadas (Castro, 2021, p. 155).

Após a realização da Marcha da Família, em julho, no dia 15 de novembro de 2013, foi identificado o primeiro protesto com a pauta da intervenção coberto pelo G1, por um trio em Brasília comandado pelo militar da reserva Emilio Alarcon. Ele era a principal liderança do grupo intervencionista “O Pesadelo de Qualquer Político”, fortemente atuante ao longo do período estudado, e afirmava que o objetivo da ação seria apresentar para a população que os militares seriam o melhor para a gestão nacional. Portavam uma faixa, na qual se lia: “Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso”<sup>7</sup>. Esse foi o primeiro protesto intervencionista registrado pela fonte da pesquisa, entre setembro de 2011 a março de 2019. Sobre a data do evento, vale ressaltar que a escolha da Proclamação da República do Brasil apresenta grande valor simbólico, uma vez que sua concretização consistiu em uma intervenção militar, inaugurando a história republicana com integrantes do corpo castrense no comando da nação (Pinto, 2016). Desse modo, o ano em que ocorreram os grandes protestos de Junho de 2013 foi encerrado com uma mobilização intervencionista na capital do país.

Após esse pequeno evento, a pauta da intervenção voltou a ser registrada pelo G1 em março de 2014, nos 50 anos da ditadura civil-militar. Ocorreu, então, a mobilização daqueles que defendiam a memória de 1964, em contraponto ao avanço dos trabalhos da CNV. Essas vozes se levantavam em um contexto de suposta quebra do silêncio institucional sobre o período ditatorial que permeou a abertura política, justificado pela Lei de Anistia (Araújo; Dias, 2018, p. 129; Teles, Quinalha, 2020, p. 348).

Diante do andamento da Comissão, aqueles contrários à iniciativa se mobilizaram para defender a memória da ditadura e pedir nova intervenção. Nesse espírito, foi realizada uma

reedição da Marcha da Família em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a mobilização de 500<sup>8</sup> e 200<sup>9</sup> pessoas, respectivamente. No Rio de Janeiro, a organização do evento contou com a presença do capitão da reserva e então deputado federal Jair Bolsonaro (naquele momento no Partido Progressistas – PP). Os dois episódios centraram sua ênfase na oposição ao governo do PT, com Dilma Rousseff na presidência, e na denúncia da corrupção, além da reivindicação de uma nova intervenção no país.

Os eventos aconteceram no último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff. A presidente simbolizava uma ameaça aos defensores da intervenção militar, sendo identificada como de um partido “comunista”, com uso da representação da cor vermelha; perseguida e torturada na ditadura civil-militar, tratada como “terrorista”; e cujo legado do governo ficou atrelado à concretização da CNV. A reedição da Marcha da Família configurou, portanto, uma resposta dos intervencionistas às políticas de Justiça de Transição em curso, reafirmando a memória positiva de 1964 e seu histórico de mobilização. Era uma comemoração do evento ocorrido há 50 anos, que se tratou de uma experiência pregressa desse tipo de ativismo no Brasil, e uma atualização dos seus sentidos. Assim, nos dias seguintes a 2013, a referência ao evento já havia sido explorada pelos ativistas intervencionistas, e na efeméride de meio século da Marcha ocorria novamente com uma demonstração de maior força nas ruas.

Ressalta-se que a Marcha da Família originalmente consistiu em uma série de mobilizações convocadas por setores conservadores que apoiaram a intervenção da época. O maior evento, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, aconteceu em São Paulo e, em conjunto com os demais, fortaleceu a oposição ao governo de João Goulart e as reformas de base em curso (Codato; Oliveira, 2004, p. 272). A organização foi uma resposta ao comício em apoio às Reformas, sediado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, com cerca de 200 mil pessoas, alcançando 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março (Codato; Oliveira, 2004, p. 273).

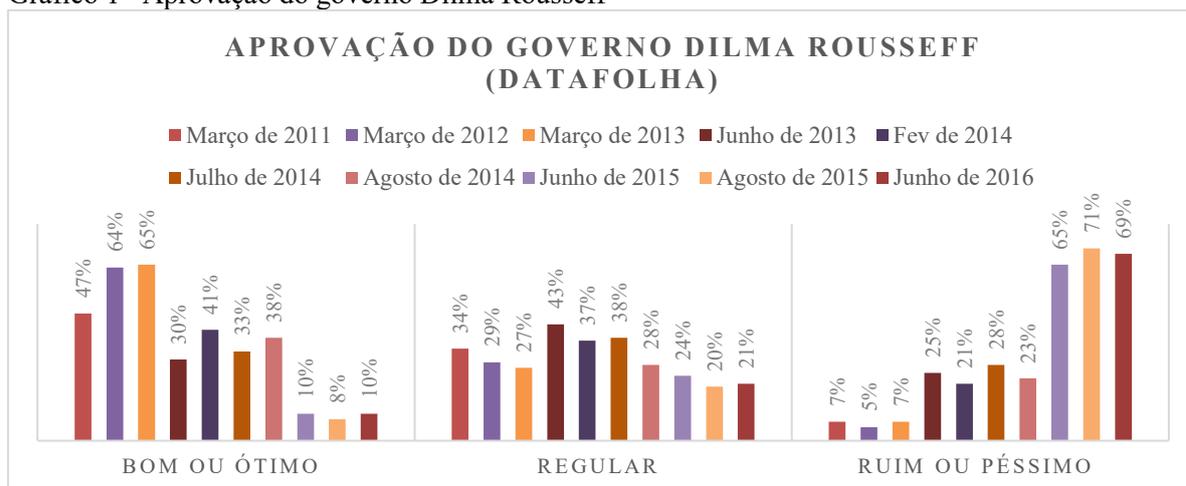
## **A CRISE POLÍTICA NACIONAL E O CRESCIMENTO CONSERVADOR**

A palavra “crise” vem da raiz grega *krisis*, que significa decisão, e *krinein*, que significa examinar e decidir (Dobry, 2014). A sua origem remete a um aspecto fundamental da suspensão da rotinização da vida, que é o fato de processos políticos levarem a um estado ímpar no qual os atores rompem com o *habitus* e questionam as estruturas de poder, constituindo um momento de importantes decisões. Nas conjunturas fluidas, orientadas pela crise política, a esfera da legitimidade dos detentores do poder assume um aspecto central. Para Dobry, essas conjunturas “afetam com frequência e a *curto prazo* os estoques de legitimidade ou de “apoio difuso” de que as autoridades e os regimes políticos podem se beneficiar” (Dobry, 2014, p. 120), culminando em um processo de deslegitimação.

Desde 2013, o cenário político brasileiro se tornou uma avalanche de decisões, envolvendo os mais distintos atores da política nacional. As pessoas tomaram as ruas, muitas engajando-se pela primeira vez na ação contenciosa, seja ela identificada como à direita ou esquerda dos governos locais e federal. No entanto, para Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), as manifestações de 2013 inauguram um período que consiste na “primeira vez que organizações sem tradição de luta à esquerda convocaram, com êxito, mobilizações massivas de protesto após o restabelecimento da democracia” (p. 197).

Quanto ao crescimento da insatisfação, alerta-nos Dobry (2014) que um peso relevante das crises não vem como uma “causa” de grandes protestos, podendo a contestação social ser utilizada pelos atores após a deflagração da ação contenciosa, para deslegitimar governos e regimes. Diante disso, são ilustrativos os índices de aprovação do governo Dilma Rousseff (PT) desde 2013<sup>10</sup>, conforme se verifica pelas pesquisas de opinião do Datafolha (Gráfico 1):

Gráfico 1– Aprovação do governo Dilma Rousseff



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Instituto Datafolha.

Verifica-se a pujante popularidade da presidente antes dos grandes protestos de 2013. Dilma Rousseff (PT) chegou a ser elencada pela revista Forbes, em 2012, como uma das 100 mulheres mais poderosas do mundo<sup>11</sup>. É sintomática a mudança da aprovação do governo diante das mobilizações de Junho. A popularidade do governo entre os meses de março e a última semana de junho cairia pela metade. Desde então, os níveis de aprovação nunca foram retomados. Os acontecimentos dos anos seguintes aprofundariam sua reprovação, em meio ao andamento do processo de *impeachment*.

Nesse contexto, os intervencionistas, assim como outros setores conservadores, agiram na crise política que se desenrolava desde 2013 no país de modo a favorecer o seu crescimento. Souberam aproveitar, portanto, as oportunidades políticas que afloraram na conjuntura nacional nesse período. Segundo Silva (2018), parte desses agrupamentos de “ativismo conservador” já vinha atuando no Brasil desde o primeiro governo Lula. Especialmente a partir de 2007, teriam começado a investir em mobilizações com o eixo na associação das gestões do PT à corrupção. Agiam, segundo o autor, como contramovimentos, resistindo às medidas do governo que se associavam às demandas do sindicalismo, do feminismo, movimentos pela reforma agrária, entre outros. Diante das grandes mobilizações de 2013, esses grupos já contavam com uma estrutura organizativa atuante em diversos espaços sociais, com capacidade de identificar e aproveitar as oportunidades trazidas pelos protestos (Silva, 2018, p. 102).

Dessa forma, no contexto de apropriação conservadora das ruas (Silva, 2018), verifica-se o crescimento de grupos que já possuíam estruturas organizativas anteriores, bem como o surgimento de novos grupos e lideranças. Os intervencionistas incluem-se nesse processo e se filiam a um processo antigo do autoritarismo brasileiro, cujos agrupamentos contemporâneos apresentam uma longa história. É o caso da União Nacionalista Democrática (UND), que foi fundada em 1993, bem como a Pesadelo de Qualquer Político, fundada em 2007. Ambos foram os principais grupos intervencionistas de âmbito nacional identificados durante o período levantado na pesquisa (setembro de 2011 – março de 2019). E a partir de 2017, o líder da Pesadelo passou a integrar também a Scuderie Le Cocq, fundada em 1965, ao que se registra que, segundo Manso, se trata da origem dos Esquadrões da Morte no Brasil (Manso, 2020, p. 130-131).

## OS ANOS SEGUINTE A 2013 E O INTERVENCIÓNISMO

Após o ciclo de protestos de 2013, a ação contenciosa no país não refluíu. No ano seguinte ocorreu uma acirrada disputa eleitoral, com a reeleição de Dilma Rousseff (PT), o que foi seguido pela intensificação da confrontação ao seu governo. Atores da mídia, do judiciário, do legislativo, de diferentes posições do Executivo, do empresariado e de movimentos sociais agiram de forma a vincular sua gestão e o PT com denúncias de corrupção. A maior expressão dessa associação se daria em torno da Operação Lava Jato, ainda que o motivo do pedido de *impeachment* fosse baseado nas chamadas “pedaladas fiscais”<sup>12</sup>.

Um ano após o ciclo de Junho, entre março e junho de 2014, identifica-se outra queda da popularidade do governo, atribuída às manifestações com o tema da Copa do Mundo no Brasil<sup>13</sup>. Após o conturbado momento da Copa, com a histórica derrota nacional por 7 a 1, o segundo semestre foi recheado pelo debate eleitoral, que garantiria a reeleição de Dilma Rousseff (PT) e, de outro lado, a intensificação da Operação Lava Jato.

Em novembro de 2014<sup>14</sup>, no mês seguinte à reeleição de Dilma Rousseff (PT), ocorreu a sétima fase da Lava Jato, na qual Polícia Federal cumpriu 85 mandatos de busca e apreensão e 14 mandados de prisão. Entre os presos estavam diretores de grandes empreiteiras e o ex-diretor de Serviços da Petrobras. Segundo o Datafolha, 68% dos entrevistados sobre o governo nesse período acreditavam que Dilma tinha alguma responsabilidade no esquema de corrupção em evidência.

Em paralelo, a literatura analisa a ação das bancadas parlamentares nesse período, observando o fenômeno da perda de “vergonha” da direita (Madeira; Quadros, 2017). Ou seja, desde a redemocratização, parlamentares preferiam se classificar como de “centro” a se afirmar como “direita”, mas, a partir das eleições de 2014, esse fenômeno sofreu uma mudança qualitativa. Nesse sentido, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) classificou essa eleição como produzindo o parlamento mais conservador desde 1964 (Madeira; Quadros, 2017). A disputa de 2014 também se destacou pelas mudanças no resultado eleitoral do estado do Rio de Janeiro, onde o então deputado federal Jair Bolsonaro (Partido Progressista – PP) se elegeu como o mais votado do pleito, quadruplicando a sua votação.

É importante assinalar que não se trata de elencar 2013 como uma espécie de “ovo da serpente” do crescimento do conservadorismo, mas da análise da abertura conjuntural a partir do ciclo de Junho, possibilitando aos atores reordenações de suas posições e jogadas (Dobry, 2014). Além disso, de ambos os campos de atuação, à direita ou à esquerda do governo de Dilma Rousseff (PT) (Alonso; Mische, 2017), importa assinalar um elemento comum de atuação: a ação confrontacional como forma de ação prioritária para a demonstração de insatisfações e embates com o governo.

Nesse compasso, os intervencionistas se fortaleceram em 2013 e seguiram em amplo crescimento nos anos seguintes. Isto é, participaram do ciclo de Junho de 2013 e seguiram nas ruas, compondo os protestos nacionais contra o governo Dilma Rousseff (PT), período que concentrou a maior presença de intervencionistas no período estudado. Nesse intervalo, entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) e as manifestações pelo seu *impeachment*, foram 62 protestos identificados com a presença de pessoas pedindo intervenção militar. A sua presença foi identificada em quase todo o país, com exceção dos estados do Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, segundo os dados do G1 – passando por maior ampliação territorial nos anos seguintes.

Tabela 1 – Eventos de protestos com pedidos de intervenção militar no Brasil (setembro de 2011 – março de 2019)

Ano	Nº de protestos (G1)
2011	0
2012	0
2013	1
2014	5
2015	43
2016	28
2017	4
2018	30
2019	4

Fonte: Elaborada pela autora a partir do levantamento de dados do G1.

Na Tabela 1 é possível notar o crescimento do intervencionismo desde 2013. Vale reforçar que o início do levantamento foi em setembro de 2011, e o final em março de 2019, podendo existir protestos não mapeados nos demais meses desses anos. Quanto aos eventos de 2016, dos 28 protestos com intervencionistas registrados no G1, 19 aconteceram entre janeiro e agosto, ocasião da concretização do *impeachment* presidencial.

Destaca-se que esses dados foram sistematizados pelo G1, e o único protesto que foi coberto pelo canal em 2013 com intervencionistas foi o evento que reuniu três pessoas em Brasília, no dia 15 de novembro. No entanto, cabe resgatar que outros veículos identificam a presença de pedidos de intervenção militar já em junho daquele ano, bem como nas entrevistas realizadas nesta pesquisa foi possível verificar que lideranças de grupos intervencionistas já estavam nas ruas. Ademais, em julho foi realizada uma Marcha da Família, com 50 pessoas em São Paulo, que no ano seguinte, na reedição dos 50 anos do evento de 1964, mobilizaria centenas de participantes.

Nota-se, diante do exposto, como os intervencionistas já estavam presentes nos protestos de junho de 2013 e aproveitaram as oportunidades da crise do governo federal para crescer nos anos seguintes. O crescimento desse tipo de ativismo ocorreu em conjunto com o fortalecimento geral do conservadorismo no Brasil, bem como acompanhou um contexto global de guinada à direita do espectro político (Traverso, 2018; Rocha, 2015; Hochschild, 2016).

## CONCLUSÃO

A intensificação da ação confrontacional no Brasil desde 2013 revela elementos importantes dos movimentos sociais nacionais, entre os quais o crescimento do ativismo que se orienta pelos pedidos de intervenção militar. Isto é, entre os diversos atores que ocuparam as ruas em junho daquele ano, ampliou-se nos anos seguintes a presença daqueles que questionam a democracia e seus mecanismos de representação. Dessa forma, foi identificado que os intervencionistas participaram dos protestos de 2013 e se mantiveram nas ruas nos anos seguintes, crescendo de forma expressiva nos protestos contra o governo Dilma Rousseff (PT), entre 2015 e 2016.

Assim, os intervencionistas, integrantes de um setor complexo composto pelos atores que utilizavam o ascendente repertório patriota, cresceram no processo de crise do governo federal. No entanto, apesar de despontarem nos grandes protestos contra Dilma Rousseff (PT), nota-se que esse setor dos movimentos sociais já contava com estruturas organizativas anteriores. É o caso da União Nacionalista Democrática, fundada em 1993, e O Pesadelo de Qualquer Político, de 2007. Os dois grupos foram identificados nos protestos como os dois movimentos intervencionistas com ativistas em âmbito nacional no período analisado (setembro de 2011 – março de 2019). Além disso, foi possível notar a participação de uma de suas lideranças na Scuderie Le Cocq, fundada em 1965.

Os intervencionistas seguem a trajetória de antigos movimentos do nacionalismo autoritário brasileiro. Além da longevidade dos seus grupos e lideranças, as suas referências apontam para o passado secular nacional. Afinal, além da permanente propaganda da intervenção de 1964, a própria Proclamação da República, por eles explorada, foi fruto de uma intervenção militar. Por meio desse arcabouço, os ativistas souberam aproveitar a crise de um governo visto como “ameaça comunista” para fortalecer novamente sua perspectiva. A visada de longa duração auxilia na identificação das raízes profundas desse movimento, que se reinventa e demonstra novo fôlego nesse primeiro quarto do século XXI no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. A política das ruas: Protesto em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, Edição especial, p. 49-58, 2017.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in Brazil's new protest wave. *Bulletin of Latin American Research*, 2017.
- ARAÚJO, Alexandre Garcia; DIAS, José Alves. Ditadura e Democracia: o impacto da conciliação sobre as memórias e a constituição da Justiça de Transição no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 38, p. 121-139, ago. 2018.

- BBC NEWS. *De campeã de popularidade a 62% de rejeição: Seis momentos-chave no governo Dilma*. 18 mar. 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318\\_dilma\\_aprovacao\\_reprovacao\\_c](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_c)>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. As Jornadas de Junho em perspectiva global. *NETSAL: IESP/UERJ*, dez. 2013.
- CALIL, Gilberto Grassi. As mobilizações populares de junho de 2013 no Brasil. *Nuestro Tiempo Logroño*: Universidad de La Rioja, Logroño (Espanha), p. 513-521, 2016.
- CASTRO, Celso (Org.). *General Villas Bôas: Conversas com o comandante*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.
- CORDEIRO, Tiago. *Gazeta do Povo*. Caminhoneiros pedem a intervenção dos militares. Por quê? 29 maio 2018. Disponível em: <[www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/caminhoneiros-pedem-a-intervencao-dos-militares-por-que-9zrnriy73ruauxk7woowf3vy1/](http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/caminhoneiros-pedem-a-intervencao-dos-militares-por-que-9zrnriy73ruauxk7woowf3vy1/)>. Acesso em: 16 maio 2023.
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Comissão Nacional da Verdade: Impulso à democratização ou fator de retrocesso? In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- FACEBOOK. *Movimento Brasil Contra Corrupção @movimentobrasilcontracorrupcao*. Disponível em: <<https://web.facebook.com/pg/movimentobrasilcontracorrupcao/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- FACEBOOK. *NasRuas @nasruas*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nasruas/>>. Último acesso em: 12 jun. 2023.
- FOLHA DE S. PAULO. UOL. *Veja íntegra dos alertas da Abin ao GSI e ao Ministério da Justiça antes do 8/1*. 28 abr. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/veja-integra-dos-alertas-da-abin-ao-gsi-e-ao-ministerio-da-justica-antes-do-81.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2023.
- FOLHA DE S. PAULO. UOL. *Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos*. 29 jun. 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2019.
- FOLHA DE S. PAULO. UOL. *Popularidade de Dilma cai de 36% para 31%, aponta CNI/Ibope*. 19 jun. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1472939-popularidade-de-dilma-cai-de-36-para-31-indica-cniibope.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- GOBBI, Danniell. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2016.
- G1. GLOBO. *Trio faz protesto na Esplanada e pede intervenção militar no Brasil*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html>>. Acesso em: 17 maio 2022.
- G1. GLOBO. *Grupo faz reedição de Marcha da Família no Centro do Rio*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 17 maio 2022.
- G1. Política. *Dilma: O mandato em jogo*. 23 mar. 2016. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/dilma-o-mandato-em-jogo/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- GLOBO. *Marcha da Família leva cerca de 500 manifestantes em São Paulo*. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3232108/>>. Acesso em: 17 maio 2022.
- HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: A Journey to the Heart of Our Political Divide*. New York: New Press, 2016.

- MADEIRA, Rafael Machado; QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Da "direita envergonhada" às bancadas "evangélica" e "da bala": os caminhos da representação política do conservadorismo no Brasil. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambú.
- MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: Dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
- MESSEMBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set.-dez. 2017.
- PINTO, Sergio Murillo. *Exército e política no Brasil: origem e transformação das intervenções militares (1831-1937)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- REZENDE, Patrícia Jimenez. *Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2016.
- ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco e et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.
- SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 88-111, 2018.
- TARROW, Sidney. *El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- TARROW; TILLY, Charles; MCADAM, Doug. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco e et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político Brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.
- TELES, Edson; QUINALHA, Renan. O alcance e os limites do discurso da “Justiça de Transição”. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- TERRA. SP: marcha 'em defesa da liberdade' pede volta dos militares ao poder. 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha: conversaciones con Régis Meyran*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2015.
- UOL. Política. *Avaliação do governo Dilma bate novo recorde e sobe de 59% para 62%, aponta CNI/Ibope*. 29 set. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/09/26/pesquisa-cni-ibope---dilma.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- <sup>1</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. UOL. *Veja íntegra dos alertas da Abin ao GSI e ao Ministério da Justiça antes do 8/1*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/veja-integra-dos-alertas-da-abin-ao-gsi-e-ao-ministerio-da-justica-antes-do-8-1.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2023.
- <sup>2</sup> FACEBOOK. *Movimento Brasil Contra Corrupção @movimentobrasilcontracorrupcao*. Disponível em: <<https://web.facebook.com/pg/movimentobrasilcontracorrupcao/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- <sup>3</sup> FACEBOOK. *Nas Ruas @nasruas*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nasruas/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- <sup>4</sup> Cf. Cardoso (2018). Caminhoneiros pedem a intervenção dos militares. Por quê? *Gazeta do Povo*. Disponível em: <[www.gazetadopovo.com.br/politica/república/caminhoneiros-pedem-a-intervencao-dos-militares-por-que-9zrnriy73ruauxk7woowf3vy1/](http://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/caminhoneiros-pedem-a-intervencao-dos-militares-por-que-9zrnriy73ruauxk7woowf3vy1/)>. Acesso em: 16 maio 2023.
- <sup>4</sup> Entrevista concedida por José Geraldo Quartim Barbosa, liderança da UND e morador de São Paulo, realizada no dia 08/03/2021.
- <sup>5</sup> Depoimento de Piero Pagni, liderança da Reedição da Marcha da Família de São Paulo, concedido no dia 25/06/2021.

- 
- <sup>6</sup> TERRA. SP: marcha 'em defesa da liberdade' pede volta dos militares ao poder. 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- <sup>7</sup> G1. GLOBO. *Trio faz protesto na Esplanada e pede intervenção militar no Brasil*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html>>. Acesso em: 17 maio 2022.
- <sup>8</sup> GLOBO. *Marcha da Família leva cerca de 500 manifestantes em São Paulo*. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3232108/>>. Acesso em: 17 maio 2022.
- <sup>9</sup> G1. GLOBO. Grupo faz reedição de Marcha da Família no Centro do Rio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 17 maio 2022.
- <sup>10</sup> FOLHA DE S. PAULO. UOL. *Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos*. 29 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em: 15 set. 2019.
- <sup>11</sup> UOL. Política. Avaliação do governo Dilma bate novo recorde e sobe de 59% para 62%, aponta CNI/Ibope. 29 set. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/09/26/pesquisa-cni-ibope---dilma.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- <sup>12</sup> G1. Política. *Dilma: O mandato em jogo*. 23 mar. 2016. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/dilma-o-mandato-em-jogo/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- <sup>13</sup> FOLHA DE S. PAULO. UOL. *Popularidade de Dilma cai de 36% para 31%, aponta CNI/Ibope*. 19 jun. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1472939-popularidade-de-dilma-cai-de-36-para-31-indica-cniibope.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- <sup>14</sup> BBC NEWS. *De campeã de popularidade a 62% de rejeição: Seis momentos-chave no governo Dilma*. 18 mar. 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318\\_dilma\\_aprovacao\\_reprovacao\\_cc/](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc/)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Recebido em junho de 2023  
Aprovado em outubro de 2023